



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2700 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 02 - História da Educação

**ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO BRASIL: A ESCOLA NORMAL PAULISTA COMO CENTRO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS SABERES PEDAGÓGICOS**  
Giza Guimarães Pereira Sales - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - UNESP  
Rosane Michelli de Castro - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - UNESP

## **ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO BRASIL: A ESCOLA NORMAL PAULISTA COMO CENTRO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS SABERES PEDAGÓGICOS**

Por meio deste texto, busca-se compreender a circulação e sistematização de determinado conjunto de saberes pedagógicos considerados hegemônicos e que circularam em meio à Escola Normal paulista, nas primeiras décadas do século XX. Esses saberes disseminados em livros brasileiros e estrangeiros, revistas, coleções, jornais e demais literaturas sobre o ensino na escola primária tinham como objetivo oferecer subsídios para conduzir o trabalho docente dos futuros professores formados por essas escolas. Portanto, a circulação de saberes pedagógicos passa a ser um fator de grande relevância para a formação de professores normalistas. Por meio dos pressupostos de análise da História Cultural, busca-se compreender como em diferentes momentos uma determinada realidade tem sido apropriada por diferentes leitores. (CHARTIER, 1990). Compreender aspectos da formação de professores primários no Brasil é, também, conhecer como determinados conjuntos de saberes pedagógicos e modelos culturais foram difundidos, desde o final do século XIX e que tiveram relativa hegemonia nas primeiras décadas do século XX.

## **ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO BRASIL: A ESCOLA NORMAL PAULISTA COMO CENTRO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS SABERES PEDAGÓGICOS**

Com o objetivo de compreender como se constituía o processo de formação de professores Primários no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, É essencial retomar aspectos da história de uma das instituições responsável por formar professores ao longo de mais de um século no país, a Escola Normal. Esta investigação insere-se no âmbito das pesquisas históricas, de cunho bibliográfico e documental e busca compreender, por meio de um olhar voltado para a História Cultural, como em diferentes momentos uma determinada realidade tem sido apropriada por diferentes leitores. (CHARTIER, 1990). A proposta que demanda a condução deste texto consiste em visualizar um breve panorama histórico sobre as Escolas Normais, no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, consideradas como centros de produção e circulação de saberes pedagógicos essenciais na formação do futuro professor (CARVALHO, 2003). Diante da necessidade emergente de preparar professores para atuarem no magistério primário, a trajetória da Escola Normal “[...] cuja origem e desenvolvimento vinculam-se à difusão dos ideais liberais de secularização e expansão do ensino Primário” (TANURI, 1979, p. 41), inicia-se ainda no período imperial e vai sofrendo diversas alterações tanto em seu currículo, como na sua caracterização como instituição formadora. Severamente criticada, no seu início, por compreender uma formação pedagógica ineficiente e rudimentar, adotava um currículo semelhantemente às Escolas Primárias Elementares, o qual consistia em focar apenas o conteúdo que seria ensinado. Nas primeiras Escolas o curso tinha duração de dois anos – embora em determinados momentos da história, por meio de reformas e reorganização do sistema educacional sua duração tenha sido alterada para três anos, quatro anos e cinco anos – (TANURI, 1979).

A Escola Normal, por meio da propagação dos ideais republicanos apregoados no Brasil, entre meados e final do século XIX, torna-se a primeira instituição laica do gênero a ser instalada no estado de São Paulo e visava a atender as necessidades sociais e os ideais em prol da consolidação da República no país. Como centro de formação, as Escolas Normais desempenharam papel fundamental no processo formativo dos professores primários no Brasil, por várias décadas. Passando por momentos de crises e desprestígio institucional até se consolidar como centro produtor e difusor de conhecimento pedagógico, a Escola Normal tem sua presença marcada a partir de 1835, com a criação da primeira Escola Normal do Brasil[1] – em Niterói, Rio de Janeiro[2] e em São Paulo, com a criação da primeira Escola Normal da Capital[3], em 1846 –, até a década de 1970 quando as Escolas Normais foram extintas.

A criação das Escolas Normais no Brasil esteve permeada por movimentos de reformulações, no entanto, mesmo diante dos desafios que enfrentou essa instituição, criada, ainda no Império, atravessa a primeira República e chega às décadas de 1940/50, como instituição pública que desempenha um papel fundamental como formadora de professores para a Escola Primária em todo o país (TANURI, 1979).

Segundo Monarcha (1999), os anos iniciais de implantação das Escolas Normais no Brasil foram marcados por severas dificuldades de todas as ordens, seja financeira, administrativa ou pedagógica, uma vez que, dentre tantos outros motivos, não havia investimentos suficientes por parte do governo. Basicamente todas as Escolas Normais enfrentaram graves problemas administrativos e pedagógicos nas primeiras décadas de sua instalação.

Já por volta da década de 1870, por meio da *Lei n.º 9/1874*, as condições relativas à Instrução Pública apresentam significativas mudanças, essa lei instituiu o ensino primário obrigatório “[...] para todos os menores de 7 a 14 anos do sexo masculino, e 7 a 11 anos do sexo feminino” (SÃO PAULO, 1874). Nesse momento, cresce a preocupação em oferecer um curso de formação profissional de qualidade. Posteriormente com a proclamação da República e mudanças substanciais na Instrução Pública, por meio da Reforma de 1890 – *Decreto n.º 27* – que previa: a reforma e expansão das Escolas Normais; a criação das Escolas-modelo (classes primárias anexas às Escolas Normais que serviriam para a prática e estágio dos normalistas com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar a formação pedagógica); a reorganização do currículo; a adoção do método de ensino intuitivo. Com essas e demais sucessivas mudanças que vieram a Escola Normal começa a entrar numa nova fase, conquistando prestígio e respeito na sociedade. A nova organização, prevista nas reformas a partir de 1890, consistiu em mudanças significativas para o aperfeiçoamento da formação professoral, naquele momento, com base na adoção e na inserção de um conjunto de saberes pedagógicos que vinha conquistando hegemonia no meio educacional, especialmente os desenvolvidos por Pestalozzi.

Com a importância que os republicanos atribuíam à instrução como forma de elevar o nível intelectual do país, muitas medidas de melhoria e reforma no ensino foram tomadas. A Escola Normal assumia um papel de ser a disseminadora das “luzes”, numa sociedade ainda praticamente na escuridão. Idealizada pelos republicanos como um “centro multiplicador de luzes”, destinado a “espargir luz” por meio da formação dos seus professores primários, com vistas a promover o progresso e a liberdade do país através da educação laica, de qualidade e gratuita (MONARCHA, 1999).

A partir do final do século XIX e início do XX, a preocupação com o processo de formação do professor permeou a trajetória da Escola Normal, especialmente no estado de São Paulo. A busca por um profissional preparado para atender às novas exigências da sociedade em consonância com os ideais apregoados pelos republicanos, de uma escola pública que atendesse à demanda da população, eram alvo tanto dos dirigentes político-administrativos, quanto dos intelectuais ligados à educação. Essa busca pela formação do professor que atendesse às necessidades educacionais da época influenciou de certa forma, a aprovação de reformas educacionais que viriam a culminar com a ampliação do número de Escolas Normais, especialmente a partir do início do século XX. Com isso, a Escola Normal torna-se um **locus** destinado especificamente a formar os futuros professores para a escola primária, que tinham como missão resolver o problema do analfabetismo que o país enfrentava.

Segundo Vidal e Faria Filho (2005, p. 52), os republicanos paulistas intentavam “[...] dar a ver a própria República e seu projeto educativo, por vezes, espetacular”, por meio especialmente da construção de seus prédios monumentais e a importância que atribuíam às cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. Para ver e ser vista, a Escola Normal compreendia edifícios majestosos, em estilo **neoclássico**, espaçosos e iluminados. Equipados com mobiliário, material didático, atividades desempenhadas tanto pelos discentes quanto docentes, tudo a ser visto como a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna, evidenciando o progresso que a República instaurava (CARVALHO, 1989). Da mesma forma, as Escolas Normais eram consideradas significativos polos difusores dos ideais de renovação educacional que se difundiu na primeira metade do século XX. A partir, especialmente, do início do mesmo século a Escola Normal da Capital foi considerada instituição modelar que priorizava a formação de professores baseada na cultura geral, contribuindo para a formação da elite intelectual do país (MONARCHA, 1999).

Segundo Nery (2009), nos primeiros anos da República, para atender a essa necessidade de formação de professores, o estado passou a investir nesse modelo de formação diferenciado, a Escola Complementar, uma vez que essa era a opção mais econômica e viável, naquele momento. Com isso, criou-se a primeira Escola Complementar anexa à Escola Normal da Capital e posteriormente, começou um processo de estabelecer nas cidades do interior paulista esse modelo de formação docente. A instalação dessas Escolas pelo interior do estado atendia às reivindicações dos grupos locais e fazia parte do projeto de Oscar Thompson, enquanto Diretor da Instrução Pública, de ampliação da rede de escolarização primária (NERY, 2009a). A Escola Normal paulista se expande a partir da década de 1910 e, especialmente, na década de 1920 sofre ainda maiores transformações. Essa preocupação com a Escola Normal se dá especialmente pela preocupação com a expansão da Escola Primária decorrente do chamado “fenômeno do entusiasmo educacional”, tão defendido no país durante a primeira república. Considerando a relevância desse movimento, é possível visualizar as influências desses ideais nos cursos de formação de professores, especialmente quanto à disseminação e circulação dos saberes pedagógicos. Considera-se, portanto, a contribuição dessa circulação de saberes

para a elaboração e concretização de novas propostas educacionais, consideradas inovadoras, naquele momento histórico. A partir dessas influências, ocorreram inúmeras reformas nos sistemas escolares, tanto estaduais, quanto nacional que transformaram o conceito de escola e as práticas pedagógicas no Brasil.

**Palavras- chave: Saberes pedagógicos. Manuais de ensino. Escola primária.**

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marta Maria Chagas. (2003). *A escola e a república e outros ensaios* Bragança Paulista: Edusf.

CHARTIER, Roger. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MONARCHA, Carlos. (1999). *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Unicamp.

NERY, Ana Clara Bortoleto. (2009) *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores (1911-1923)* 2009. Tese (Livre docência). Universidade Estadual Paulista– Marília.

TANURI, Leonor Maria. (1979). *O ensino normal no Estado de São Paula 1890 – 1930*. São Paulo: USP.

-

VIDAL, D.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (2005). *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

[1] A criação das Escolas Normais no Brasil está relacionada ao *Ato Adicional de 12 de agosto de 1834*, que conferiu às então criadas Assembleias Legislativas Provinciais, entre outras atribuições, a de legislar sobre a Instrução Pública. (VILELA, 1990).

[2] A primeira Escola Normal do Brasil foi instalada no município que era sede da capital do império – Niterói- Rio de Janeiro, em 1835.

[3] “A primeira Escola Normal de São Paulo foi criada pela lei nº 34, de 16 de março de 1846, a primeira lei de Instrução Primária na Capital da Província de São Paulo” (MONARCHA, 1999).